

Captar aquilo que está no ar: arquivos e registros da atmosfera social

To grasp what is in the air: archives and records of the social atmosphere

Paulo Gajanigo

Doutor em Ciências Sociais pela UERJ. Professor da UFF

Resumo: O entrevistado desta edição é o professor Paulo Gajanigo. Ele é coordenador do "no.ar: laboratório de pesquisas sobre cotidiano e tecnologia" e autor do artigo *The Mood for Democracy in Brazil*, que acaba de ser publicado pela *Art Style* (2023). Esse trabalho, juntamente com um conjunto de outros, faz parte de uma ampla agenda de pesquisa que mobiliza os conceitos de clima (*mood*) e atmosfera para interpretar o período da redemocratização brasileira. Um de seus resultados mais recentes está no desenvolvimento de um aplicativo, o Vida Coletiva, que visa coletar e reunir relatos de experiências. O lançamento da campanha para envio do material aconteceu durante o *evento Junho Mora Onde?*, que reuniu diversos pesquisadores para debaterem sobre os dez anos das manifestações de junho de 2013 na UFF e na UENF.

Palavras-chave: Clima de Abertura. Democracia. Junho de 2013.

Abstract: This edition provides an interview with Paulo Gajanigo. The interviewee is the coordinator of No.Ar Daily and Technology Research Laboratory and paper's author *The Mood for Democracy in Brazil* which has just been published by *Art Style* (2023). This research, along with a set of others, is part of a broad agenda that mobilizes the concepts of mood and atmosphere to analyze the process of Brazilian redemocratization. From that research an application called Vida Coletiva was created. The app collects and gathers experiences reports. The launch of the campaign to send material took place during the *Junho Mora Onde?* event, which brought together several researchers to debate the ten years of the June 2013 manifestations at two universities of Rio de Janeiro - UFF and UENF.

Keywords: Climate of Openness. Democracy. June 2013.



Paulo Gajanigo é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é mestre em Antropologia Social também pela mesma instituição e é doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Paulo é professor Associado de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes, é professor permanente do programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e colaborador do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da UFF em Niterói. Em 2019, Gajanigo realizou estágio pós-doutoral na *Media Film and Music School* na University of Sussex, onde se aproximou do arquivo *Mass Observation*, que tem o objetivo de registrar a vida cotidiana britânica há quase cem anos por meio de relatos enviados por colaboradores através de cartas. Atualmente, Paulo desenvolve pesquisa sobre o clima (*mood*) no período da abertura política no Brasil (1974-1985). É coordenador do "no.ar: laboratório de pesquisas sobre cotidiano e tecnologia, além de ter experiência na área de Teoria Social e Estudos Culturais, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Identidade, Cultura, Democracia e Classe.

Nesta entrevista, Paulo conta um pouco sobre a campanha "*Junho Mora onde?*", lançada pelo laboratório no.ar, que visa a coleta de memórias da população sobre o evento conhecido como "As jornadas de junho", ocorrida a dez anos atrás. Coletando memórias de todos aqueles que têm e querem registrar algo daquele período, sendo essas coletas feitas por meio do aplicativo "Vida Coletiva", um *software* desenvolvido pela UFF para a formação de acervos por *crowdsourcing*, que são acervos alimentados pelos usuários de forma colaborativa. O Objetivo do projeto é criar um arquivo vivo sobre aquele período, promover a reflexão sobre as implicações das Jornadas de Junho na sociedade brasileira e a cultura de memória do país.

Você tem inúmeros trabalhos publicados nas áreas de teoria social e estudos culturais. Há um artigo seu publicado na *Revista Brasileira de Sociologia*, em 2020, que tem como título *Evocação e Disputas sobre o*

Clima de Abertura durante o período de transição no Brasil (1974-1985). Há uma possível interpretação de que o próprio clima de abertura foi uma concertação entre governo, oposição e sociedade civil naquele momento. Talvez esse ponto ajude explicar em alguma medida, os pactos conciliatórios bem-sucedidos, a ponto da transição acontecer com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Então, gostaríamos de saber como se deu seu interesse pelos estudos sobre clima e sua análise via opinião pública – no caso, via análise dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*?

Eu não sabia inicialmente que estava interessado no clima da transição. Meu interesse inicial era entender melhor como se configurou um contexto de “liberação” ainda sob o controle ditatorial. Por isso, me interessava esse rótulo de “abertura” para o processo de transição. Na minha aproximação com o tema, já tinha ficado evidente que esse rótulo era socialmente operativo na época e articulava demandas afetivas por liberdade. Em poucas palavras, a questão que me guiou foi: como uma política ditatorial de transição gerou grande engajamento de sujeitos envolvidos na luta contra o regime ditatorial.

Desde o começo não me parecia que uma concertação de interesses entre oposição e regime era uma resposta suficiente. Foi com essa preocupação que a noção de clima me chamou atenção. Buscando em jornais como se dava a evocação da ideia de abertura por atores relevantes do debate político a partir de 1974, fui me deparando com a recorrência da evocação da ideia de configuração de um novo clima político ou social. Como minha pergunta já estava voltada à questão dos afetos, essa recorrência me chamou atenção.

Foi então que fui buscar referências para tratar dessa noção e então me deparei com estudos anglófonos, em sua maioria, sobre o conceito de *mood* (clima/humor) – em especial os dossiês organizados sobre o tema em revistas: “*In the mood*” na *New Literary History* (Felski; Fraiman, 2012), “*Mood work*” na *New Formations* (Highmore; Taylor, 2014). Eu tentei então levar a sério o “clima”, não considerar uma evocação como metáfora banal, mas olhar para como sua evocação abria campo para

uma disputa por disposições afetivas. Isso me levou também a pensar a esfera pública no registro afetivo e me dedicar às críticas ao idealismo do conceito de Habermas (Fraser 1990; Gilroy 1994; Dahlberg 2005).

Qual o clima da esfera pública? É possível identificar políticas sobre o clima da esfera pública? Em que sentido esse clima tem consequências sobre o que é ou não ouvido? Eu desenvolvi essa discussão num artigo recente em inglês publicado em um dossiê sobre *mood* e atmosfera (Gajanigo, 2023).

As manifestações de junho de 2013 muito são comparadas em sua abrangência aos movimentos das *Diretas-Já*, salvo as especificidades. Os movimentos que clamavam pela abertura democrática, embora fortemente vinculados a grupos sociais, estavam atrelados ao sistema político. A formação dos partidos políticos naquele momento evidencia esse ponto. A partir das perspectivas dos seus trabalhos e de suas pesquisas, como é possível interpretar as manifestações de junho 2013?

Bom, vou repetir algo que escrevi num texto de opinião em 2016 sobre algumas dificuldades de interpretar Junho que me parecem fazer ainda algum sentido. “Quanto mais o tempo passa, mais difícil é entender o significado de Junho. Ainda que faltem mais pesquisas sobre as manifestações, não acredito que isso esteja ocorrendo somente por escassez de informações. Fundamentalmente, é como se Junho tivesse ocupado um ponto cego ideológico. Um evento que não encontrou uma narrativa que o considere em sua riqueza exatamente pelos desenvolvimentos subsequentes na política brasileira. Eu diria que Junho é ainda um enigma pois está sendo cifrado por nós mesmos” (Gajanigo, 2016).

De 2016 para cá, eu vejo dois processos. De um lado, a intensificação do ascenso da direita, que reforçou a tese de que Junho teria sido seu preâmbulo. Mas há também o processo de resposta e reação que levou à derrota eleitoral de Bolsonaro. Os dois processos em certo momento estimularam uma narrativa caricatural demais de Junho, de manifestações manipuladas por interesses imperialistas, desenhando

um quadro simplista de manifestantes inocentes que brincaram com fogo. A moral da história desta narrativa é fácil de visualizar: cuidado em lutar por demandas democráticas de forma mais direta, pois isso pode “acordar o fascismo”. Não vou aqui rebater essa moral, mas queria destacar que em 2023, com a derrota eleitoral do Bolsonaro, e o acaso de termos os dez anos das manifestações, que criou um momento editorial, acadêmico e político para revisitá-las, algo pode estar se movendo na conjuntura para memória e interpretação de Junho. Pois a ameaça da extrema direita não está tão na pauta como estava e a dinâmica de um governo com tradição de esquerda traz, inevitavelmente, um espaço no debate público, sobre avanços democráticos. Então, acho que aspectos importantes do “hoje” que travavam uma discussão mais concreta das manifestações mudaram e torço para que estejamos num contexto melhor para olhar para Junho com mais nuances, contradições e dentro da ideia de construção da democracia e da cultura democrática.

Posto isso, eu não sei bem como é possível interpretar Junho e dei uma grande volta pra dizer isso. O que tem me parecido mais produtivo são os estudos que buscam identificar as reverberações organizativas e institucionais daquelas manifestações, entender como os sujeitos envolvidos naquelas manifestações carregaram essas experiências em novas práticas. Eu me pergunto sobre isso especialmente no campo da cultura.

O Roberto Schwarz formulou, num texto já clássico (2001), uma relação do golpe de 1964 e a intensa vida cultural que terá seu auge no ano de 1968, ela trata de uma canalização de um vivo processo social pré-1964 no sentido de intensificação da vida democrática que vai ser interrompido pelo golpe mas que se reorganiza na vida cultural. Eu suspeito, e só posso suspeitar pois não tenho pesquisa sobre isso, que a vida cultural da última década tem mais traços daquela experiência de 2013 do que se considera comumente.

É razoável realizar diferentes leituras dessas mobilizações, que não se esgotam no mês de junho e muito menos no ano de 2013. Há abordagens progressistas, conservadoras, neoliberais, anarquistas entre muitas outras. Mas há também algumas evidências comuns

entre elas, como a noção de que foi um momento marcado pela violência policial. Enquanto estávamos organizando essa entrevista, nos lembramos do dia 21 de junho, quando o programa Globo Repórter terminou e imediatamente iniciou um pronunciamento de quatro minutos da presidenta Dilma Rousseff (PT). Ela dizia algo como a necessidade de separar os manifestantes pacíficos dos bagunceiros, chamando a atenção para aqueles que estavam nas ruas com o propósito de destruir o patrimônio público, de quebrar ônibus e de apedrejar agências bancárias. Apesar dessa violência que também existia, pouco se falava da truculência advinda da polícia. Depois de alguns meses, tivemos o quantitativo e a gravidade dos afetados pela violência, como o fotógrafo Sérgio Silva que ficou cego por conta do disparo de balas de borracha. Na sua opinião, em que medida a memória da violência está atrelada a condição de representação em nosso país? Ou ainda, em que medida falar de memória é falar de um tema caro para as Ciências Sociais que é a representação?

Essa me parece uma pergunta muito importante. Primeiro, é sempre bom reforçarmos a ideia de que a memória é dinâmica e histórica. Eu acho que houve uma disputa muito intensa sobre essa questão da violência, que foi o grande nó das disputas de narrativas sobre os eventos no calor do momento. Num primeiro momento, a cobertura da imprensa não era diferente da forma como se tratava as manifestações em geral, como distúrbio ao cotidiano da vida do povo, vandalismo *etc.*, em uníssono com as falas dos representantes dos governos. Principalmente, a partir de 13 de junho de 2013, com a forte repressão da polícia paulista, essa narrativa entra em colapso.

Foi neste dia em que o apresentador Datena faz uma enquete em seu programa perguntando sobre o apoio aos protestos tendo ao fundo imagens de ações chamadas de vandalismo por ele e a enquete dá maioria para o apoio. Ele, ao vivo, reformula a pergunta: “você apoia os protestos com baderna”, e, para sua surpresa, a enquete continua com o mesmo resultado de apoio. O que quero trazer lembrando deste

episódio é que um evento como as manifestações de 2013 faz as narrativas sobre violência, conflito, protestos entrarem em crise.

Eu me recordo que cientistas políticos e sociólogos eram buscados como nunca pela imprensa. Os jornalistas e os editores estavam atônitos, buscando novas conexões interpretativas. A padronização da frase: “minoria de vândalos” que se ouvia recorrentemente na imprensa foi a forma sintética de resolver provisoriamente essa tensão entre a criminalização dos movimentos sociais e o amplo apoio popular às manifestações. Foi a forma como se tentou legitimar a repressão policial, mas sem tanto sucesso naquele momento, pois a repressão policial foi um tema central nas motivações dos manifestantes.

Trazendo então esse conflito de narrativas para a discussão sobre a memória dos eventos, eu acho interessante pensarmos numa política de esquecimento da violência do Estado pós-Junho. Essa noção de política de esquecimento tem sido bastante usada nos estudos da transição à democracia no Brasil, especialmente para tratar da Lei da Anistia e a ação ativa estatal de promover esse esquecimento. Tal como a memória coletiva depende de ações e de políticas, o esquecimento coletivo também não é só uma ação do tempo. O não tratamento institucional devido aos abusos policiais e as não responsabilizações das autoridades à violência policial são políticas ativas de esquecimento.

Em 2021, alguns eventos na Argentina rememoraram os 10 anos do movimento *¡Que se vayan todos!*. As análises de jornais como *El País* de grande circulação internacional, afirmou que, durante aquela década, a Argentina fazia esforços para superar a polarização e os sistemas políticos binários, ao mesmo tempo que tentava considerar no modelo de desenvolvimento econômico as ambivalências do retorno do populismo no país. Como você avalia a importância de rememorar os eventos de junho de 2013 aqui no Brasil neste ano?

Como falei um pouco antes, parece ter uma janela de oportunidade para interpretar aquelas manifestações. Dentro da esquerda e do campo progressista, uma narrativa se fortaleceu bastante no último período. Podemos identificá-la como a narrativa oficial da frente anti-Bolsonaro. A

interpretação do bolsonarismo como uma força anti-democrática, anti-institucional, que não está errada, fundamentou a ideia de uma frente democrática e institucional. Muito do teor das reivindicações e, principalmente, as formas e práticas de lutas de 2013 envolvia uma crítica ao autoritarismo das instituições. Resta, ainda, um nó incômodo que impede a absorção daquelas manifestações a forças políticas significativas. A meu ver, esse é um elemento central que dificulta Junho ser lembrado e principalmente ser parte de um repertório da memória coletiva (e portanto também institucionalizada) do país. Rememorar Junho então é indicar a existência desse nó.

Embora exista um conjunto de variáveis que caracterizem as manifestações de junho, é comum na literatura encontrarmos a informação de que as manifestações foram influenciadas pela era digital, aqui nos referimos ao uso massivo da internet, sobretudo, das redes sociais. Nos lembramos de uma tradução infeliz do jornal *The Guardian* que, na época, traduziu o *slogan* que estava em um cartaz de uma manifestante como “Nós viemos de Facebook” quando uma tradução mais correta seria algo como “Saímos do Facebook”. É um exemplo relativamente pequeno, mas que demonstra a possibilidade da mídia enviesar questões materiais que são importantes para análises de movimentos sociais. Na sua opinião, qual é a importância de pesquisas em Ciências Sociais que possuem como objetivos analisar a atuação das redes sociais como *Facebook*, *Twitter* e *TikTok*?

Eu adoro aquele cartaz do “Saímos do Facebook” exatamente por sua ambiguidade. Nesta frase, como colocam na pergunta, podemos ter essas duas leituras – que não é registrada pela tradução com “viemos”, passando uma ideia muito mais determinista das redes sociais. Eu gosto da provocação daquele cartaz, que não afirma, de forma inocente, a ideia de uma “revolução twitada”, como era os termos da polêmica no final da primeira década dos anos 2000 (Gladwell, 2010). Ou seja, de que as novas formas de comunicação alterariam radicalmente as formas de luta, suplantando métodos como greves, piquetes, manifestações de rua *etc.* Ao mesmo tempo, nega uma contradição entre as redes sociais e lutas

políticas eficazes. Ao dizer que saíram do Facebook, se está tanto afirmando que estar no Facebook não o fazem dóceis demais para o enfrentamento político, ao contrário, algo que acontece nessas redes formaram esses atores políticos, e que a luta pelas redes sociais não é suficiente para mudanças significativas. Esse exemplo então sintetiza um aspecto da importância dos estudos das redes sociais nas Ciências Sociais: tomá-las como práticas sociais e como materialidade das práticas sociais.

A contribuição de Raymond Williams sobre os estudos de tecnologia é bastante útil, a meu ver, nesse aspecto. Williams (2017), ao tratar em seu estudo sobre a televisão, indica que a televisão, bem como outras tecnologias de comunicação, são práticas sociais, que se materializaram em técnicas, são também ferramentas que podem ser exploradas nas práticas sociais e, portanto, não determinam totalmente essas práticas, por fim, essas tecnologias, quando se afirmam como o mundo possível, são forças ideológicas, passíveis de questionamento e disputa.

Trazendo a discussão para as redes sociais, podemos ver como os algoritmos usados nessas redes sociais solidificam certas práticas, são ferramentas de práticas e, por fim, são usados para construir ideias de como deve ser ou é o mundo. Num contexto em que o tema da tecnologia tem se tornado cada vez mais central e um debate na opinião pública tem se pautado numa polarização de que essas tecnologias ou são meros instrumentos neutros ou são veículos manipulatórios para sujeitos opacos, as decomposições que apontei acima me parecem essenciais para maior compreensão da presença da tecnologia no cotidiano.

Cada plataforma de rede social tem desafios metodológicos específicos e comuns. Um desses que destacaria e é comum a quase todas é a tendência de absorvermos acriticamente as ferramentas de análise de dados criadas com fins mercadológicos. Uma pesquisa científica que tem como objeto as redes sociais dificilmente irá produzir bancos de dados sem fazer uso dessas ferramentas. No entanto, essas próprias ferramentas passam a ser parte da metodologia e devem ser compreendidas criticamente.

O Projeto de Lei das Fake News (PL 2630/2020), agora arquivado, recentemente reacendeu o debate sobre liberdade de expressão, quando na verdade o teor da proposta tratava-se de um controle democrático do ambiente virtual. Ademais, esse debate se centralizou nos meses de abril e maio na atuação das *big techs*. Para essa discussão, não vimos grandes debates sobre como a produção e a circulação de desinformação afetam a produção de ciência e tecnologia em nosso país. Sabemos que você tem uma agenda de pesquisa sobre análise de conteúdo de redes sociais. Nos trabalhos do seu grupo de pesquisa, como vocês lidam com a produção de *fake news*? Como empiricamente resolvem essa questão quando estão coletando dados, por exemplo?

Na verdade, a gente ainda não encarou essa questão, nosso foco tem sido os registros pessoais do cotidiano produzidos por meio das plataformas. Então, não é nossa questão de imediato avaliar a veracidade, mas de coletar e interpretar os registros. Se há algo como uma *fake news*, nossa abordagem é pensá-la como forma de registro de uma forma de posicionamento frente ao evento, como a pandemia, que tem sido nosso principal recorte. Empresto dos historiadores Ian Marino, Pedro Silveira e Thiago Nicodemo (2020), com os quais pude trabalhar durante a pandemia, uma pergunta que também temos em nosso laboratório: a circulação das *fake news* fez parte da forma como se viveu a pandemia, então, como podemos, nas ciências humanas, registrá-la? Há um risco de tratarmos as *fake news* como algo a ser apagado. Evidentemente que temos o desafio institucional de não permitir a circulação, por meio das plataformas, de narrativas que ganham formato de notícias produzidas para orientar certos comportamentos com base em mentiras. Como pesquisadores, vale nos perguntar como podemos inventariá-las de forma a permitirmos um acesso à dinâmica social da circulação das *fake news* durante a pandemia?

Você coordena o *no.ar.lab*, que é um laboratório de pesquisas sobre cotidiano e tecnologia, criado em 2021 e sediado na UFF Campos. O Laboratório reúne pesquisadores e alunos da graduação, do

mestrado, do doutorado e do pós-doutorado. O grupo também possui uma característica multidisciplinar, principalmente, se considerarmos as áreas de formação e temáticas que mobilizam. Há alunos de Ciências Sociais, de História, de Ciência da Informação entre outros cursos. Gostaríamos que comentasse como o *no.ar* está estruturado e como é feito esse trabalho coletivo no âmbito da UFF Campos.

Somos um laboratório novo. Foi criado em setembro de 2021 e penso que ainda estamos nos estruturando. A ideia do laboratório surgiu para tentar articular alguns interesses e agendas de pesquisa que eu identificava importantes e que surgiram especialmente da minha experiência de estágio pós-doutoral na Universidade de Sussex, na Inglaterra. O meu interesse na discussão conceitual de clima me levou a ter contato com Ben Highmore, professor daquela universidade. Durante minha estadia, pude trabalhar com o arquivo do Mass Observation Project, um arquivo que reúne acervos inovadores sobre a vida cotidiana britânica desde 1936.

O laboratório pretende ser um espaço de estímulos a pesquisas sobre cotidiano e tecnologia. O nome “no.ar” busca ressaltar uma tendência cada vez mais evidente de presença etérea da tecnologia em nosso cotidiano, ou, para tratar de uma forma mais recorrente, da “virtualização” desse cotidiano. Aparatos tecnológicos têm intensificado a presença virtual no cotidiano. Podemos pensar na dinâmica que estabelecemos com os *smartphones*, sua presença em nosso cotidiano borra cada vez mais fronteiras entre vida privada e pública, e permite que assuntos públicos, por exemplo, tenham uma onipresença pelas redes sociais em nosso cotidiano.

Este é só um exemplo para tentar indicar o que é o ponto de partida para tratar de estudos sobre cotidiano em nosso laboratório. Essa abordagem é, a meu ver, bastante interdisciplinar. Primeiro porque recusamos a ideia de tecnologia como ferramenta, o que nos obriga a estudar os bastidores dos aparatos tecnológicos, não os tomando como dados. Como cientistas sociais estamos sendo desafiados a ter uma maior intimidade com as linguagens técnicas e no laboratório queremos oferecer aos estudantes um ambiente estimulante de troca de saberes e

conhecimentos. Convivem em nosso grupo pesquisadores de diversas formações, como Comunicação, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Ciência da Informação, História, Geografia e Psicologia.

Como falei, estamos num processo ainda de estruturação. Conseguimos o financiamento da Faperj, por meio do Edital de Jovem Pesquisador Fluminense (2022), para efetivar essa estruturação. E neste momento estamos dando passos na formação de nossa equipe de pesquisadores. Iniciamos o laboratório com um pesquisador doutor, eu, e dois graduandos de iniciação científica e um de iniciação tecnológica. Criamos em 2022 um grupo de estudos sobre cotidiano e tecnologia com alunos de graduação e de pós-graduação da UFF Campos e da UENF. Aos poucos, chegamos à situação atual, com a equipe de quatro pesquisadores doutores, dois doutorandos, três mestrandos e mais de dez graduandos. A entrada da professora Mariele Troiano, da UFF, foi fundamental para darmos esse salto e nos permitirá ampliar e adensar nossas pesquisas.

Tudo tem acontecido de maneira muito rápida e por isso tenho dificuldade em ser sintético sobre como temos nos estruturado. Mas tentarei resumir, hoje nos organizamos com uma equipe ampla, envolvendo não só pesquisadores da UFF e UENF, temos um grupo de estudos que tem a função de estimular estudantes da problematizar as relações entre tecnologia, cotidiano e democracia, e promovemos eventos mais amplos que nos ajudam nessas agendas de pesquisa, como o evento e campanha “Junho mora onde?”. Também estamos organizando um livro sobre estudos de *mood* que terá traduções de textos fundamentais do campo e textos inéditos de pesquisadores brasileiros sobre a temática.

A equipe do no.ar lançou no mês de maio um aplicativo, o *Vida Coletiva*. Esse resultado concretiza um trabalho em parceria com a Superintendência de Tecnologia de Informação (STI) da UFF. Como funciona esse aplicativo e qual é o objetivo de seu desenvolvimento?

O aplicativo é destinado a construir acervos digitais de forma colaborativa. Basicamente, criamos uma interface intuitiva em que

usuários podem enviar fotos, áudios e textos formando um banco de dados único. O usuário, ao se cadastrar, aceita um termo de consentimento e nos informa dados de perfil. A partir disso, ele pode escolher projetos de acervo cadastrados e pode então colaborar com eles.

Nossa proposta surgiu dos estudos sobre os projetos de memória da pandemia que mapeamos (Marino et al, 2022). Ao fazer o mapeamento, verificamos que projetos de memória, em especial, instituições arquivísticas brasileiras que têm pouca experiência em coleta por *crowdsourcing* recorreram ao envio de e-mails ou formulários online. Considero ambas as ferramentas pouco intuitivas se compararmos às plataformas de redes sociais. Identificamos então uma possível demanda por um *software* mais próximo da interface das redes sociais e ao mesmo tempo fosse desenvolvido para construir acervos digitais, e que atendesse as necessidades que um acervo de interesse público tem.

Pode parecer mais fácil então usarmos o próprio conteúdo das redes sociais para criar esses acervos, mas temos estudado os entraves legais e éticos dessa construção de acervos, o que tem fortalecido a necessidade de se ter ferramentas específicas para a construção de acervos públicos digitais colaborativos. Estamos iniciando o uso da primeira versão do aplicativo com o projeto “Junho mora onde?” e cremos que essa experiência nos ajudará a aperfeiçoá-lo e assim disponibilizá-lo a outros projetos de interesse público.

Importante ressaltar que todo esse empreendimento busca a construção de um *software* para uso de interesse público e não-mercadológico. Num contexto em que cada vez mais dados pessoais são usados como mercadoria, nos vemos na insólita situação de termos nossa privacidade ameaçada, com exposições de dados, e ao mesmo tempo a privatização dos dados que cria barreiras para a pesquisa científica de interesse público e para a construção de suportes para a memória coletiva. Portanto, é fundamental termos cada vez mais iniciativas de propostas que vão na contramão da privatização e mercantilização dos dados. E para isso precisamos contar com o apoio das agências de fomento e das estruturas e recursos das universidades.

No nosso caso, temos tido apoio financeiro da Faperj e apoio de recursos financeiros e humanos da UFF.

Agradecemos a disponibilidade e a oportunidade de entrevistá-lo. Deixamos aqui um espaço para suas considerações finais para fazer convites e recomendar páginas.

Primeiramente, gostaria de agradecer pela entrevista. Fico feliz em poder narrar processos de pesquisa, falar de alguns bastidores e de expor avaliações mais gerais. Queria também ressaltar a importância da Revista Mundo Livre para nossa UFF em Campos dos Goytacazes. Temos um *campus* que tem como principal marca a intensa vida discente, com grande participação de estudantes na vida da universidade. A Revista Mundo Livre é parte importante desse traço que tanto nos orgulha.

Bom, para finalizar, gostaria de convidar a todos a visitar nosso site, que reúne um pouco de nossas várias frentes e iniciativas – **vidacoletiva.uff.br** – e fazer um convite especial para que colaborem com nossa campanha de memória sobre Junho de 2013. Estamos pedindo a quem se dispôr a registrar suas recordações sobre aqueles eventos, como viveram, o que sentiram, se não participaram diretamente, também queremos ter registradas essas lembranças. Para isso, basta baixarem o aplicativo Vida Coletiva nas lojas Android e IOS e seguirem as instruções para enviar os relatos. No nosso site que mencionei acima e no perfil do Instagram @junhomoraonde há mais informações. Muito obrigado.

Referências

DAHLBERG, Lincoln. The Habermasian Public Sphere: taking differences seriously? **Theory and Society**, 34, no.2, p.111-136, 2005.

FELSKI, Rita; FRAIMAN, Susan. In the mood [dossiê]. **New Literary History**, v. 43, n.3, 2012.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, n. 25/26, p.56-80, 1990.

GAJANIGO, Paulo. The mood for democracy in Brazil: controlling the public atmosphere during the transitional period 1974 – 1985. **Art Style**, v. 11, n. 3, p. 41-57, 2023.

Captar aquilo que está no ar: arquivos e registros da atmosfera social

GILROY, Paul. 'After the love has gone': bio-politics and etho-poetics in the Black Public Sphere. **Third Text**, v. 8, n. 28/29, p. 25-46, 1994.

GLADWELL, Malcolm. A revolução não será tuitada. **Folha de São Paulo**, 12 dez. 2010.

HIGHMORE, Ben; TAYLOR, Jenny Bourne. Mood Work. **New Formations**, v. 82, 2014.

MARINO, Ian; SILVEIRA, Pedro; NICODEMO, Thiago Lima. Arquivo, memória e big data: uma proposta a partir da Covid-19. **Cadernos do Tempo Presente**, v. 11, n. 01, p. 90-103, jan./jun. 2020.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. São Paulo: Boitempo, 2017.

Sobre o entrevistado

Paulo Gajanigo 

Graduado em Ciências Sociais e mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Realizou estágio pós-doutoral na Media Film and Music School na University of Sussex (Reino Unido). Professor do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Email: gajanigo@gmail.com

Sobre as entrevistadoras

Mariele Troiano  

Graduada em Ciências Sociais e mestra e doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua no Departamento de Ciências Sociais e na Revista Mundo Livre. Pesquisadora Associada do Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC).

E-mail: troianomariele@id.uff.br

Letícia Baldissara  

Estudante em Ciências Sociais no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista de iniciação científica pela FAPERJ 2022/2023, com o projeto de pesquisa *Dinâmica socioespacial e capacidade institucional na provisão de serviços coletivos urbanos: a mobilidade urbana em Campos dos Goytacazes*. Assistente editorial na Revista Mundo Livre da UFF.

E-mail: leticiabaldissara@id.uff.br

Histórico

Recebido em: 13/07/2023. Aprovado em: 13/07/2023. Publicado em: 01/10/2023.